

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	LITIGÂNCIA CLIMÁTICA								
DOCENTE	ROSINALDO SAMPAIO JUNIOR								
CÓDIGO	A DEFINIR	SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	6°/10°	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Apresentação. Regulação Climática Internacional. Transição Energética e Justiça. Ciência Climática, Evidências e Desinformação. Danos Climáticos e Responsabilização. Governança, Litigância e Separação de Poderes. Tribunais Internacionais e Litigância Climática I: Tribunal Internacional de Justiça, Tribunal Internacional do Direito do Mar, e Tribunal Penal Internacional. Tribunais Internacionais e Litigância Climática II: Tribunal Europeu de Direitos Humanos & Tribunal de Justiça da União Europeia, Corte Interamericana de Direitos Humanos, e Tribunais Internacionais do Continente Africano. Litigância Climática na América do Norte: casos paradigmáticos. Litigância Climática na Europa: casos paradigmáticos. Litigância Climática na África e na Ásia: casos paradigmáticos. Litigância Climática na América Latina e Caribe: casos paradigmáticos. Litigância Climática no Brasil: presente e futuro.								
OBJETIVOS	(1) Proporcionar uma compreensão ampla da governança climática e da transição energética em nível internacional e nacional, com suas potencialidades e fragilidades, a partir de diferentes perspectivas teóricas e, principalmente, práticas. (2) Desenvolver a competência de analisar a capacidade de resposta das estruturas Judiciárias frente à crise climática global, bem como as principais técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas que estão sendo utilizados ao redor do mundo para propor soluções e decidir questões complexas no âmbito da regulação ambiental e climática. (3) Estabelecer pontos de conexão entre sistemas jurídicos internacionais e o brasileiro, bem como verificar a possibilidade de transpor argumentos entre jurisdições para, a partir de perspectivas principiológicas ou consequencialistas, enfrentar o problema da crise climática, e formar profissionais habilitados a exercer ou analisar criticamente os litígios que buscam consolidar a efetividade de normas voltadas à promoção do direito ao clima.								
METODOLOGIA	Aulas expositivas, com dinâmicas participativas a partir das leituras prévias. Múltiplos estudos de caso, com seminários para o debate sobre litígios paradigmáticos.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação.								
2	Regulação Climática Internacional								
3	Transição Energética e Justiça								
4	Ciência Climática, Evidências e Desinformação								
5	Danos Climáticos e Responsabilização								
6	Governança, Litigância e Separação de Poderes								

7	Avaliação parcial.
8	Tribunais Internacionais e Litigância Climática I: Tribunal Internacional de Justiça Tribunal Internacional do Direito do Mar Tribunal Penal Internacional
9	Tribunais Internacionais e Litigância Climática II: Tribunal Europeu de Direitos Humanos & Tribunal de Justiça da União Europeia Corte Interamericana de Direitos Humanos Tribunais Internacionais do Continente Africano
10	Litigância Climática na América do Norte
11	Litigância Climática na Europa
12	Litigância Climática na África e na Ásia
13	Litigância Climática na América Latina e Caribe
14	Litigância Climática no Brasil
15	Avaliação final.
TRILHA	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Participação em sala de aula: 40%. Prova ou trabalho escrito: 60%.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALOGNA, Ivano; BAKKER, Christine; GAUCI, Jean-Pierre (Org.) Climate Change Litigation: Global Perspectives. Leiden/Boston: Brill, 2021. RODRÍGUEZ-GARAVITO, César (Org.). Litigating the Climate Emergency: How Human Rights, Courts, and Legal Mobilization Can Bolster Climate Action (Globalization and Human Rights). Cambridge: Cambridge University Press, 2022. doi:10.1017/9781009106214 SETZER, Joana; HIGHAM, Catherine. Global Trends in Climate Change Litigation: 2023 Snapshot. London: Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment and Centre for Climate Change Economics and Policy, London School of Economics and Political Science, 2023.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; RAJAMANI, Lavanya. International Climate Change Law. Oxford: Oxford University Press, 2017. MAY, James; DALY, Erin. Judicial Handbook on Environmental Constitutionalism. 3rd ed. [s.l.]: United Nations Environment Programme, 2019. MAYER, Benoit. International Law Obligations on Climate Change Litigation. Oxford: Oxford University Press, 2022. ROSA, Rafaela S. M. Dano Climático: conceito, pressupostos e responsabilização. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023. SOBENES, E., MEAD, S., AND SAMSON, B. (Org.). 2022. The Environment Through the Lens of International Courts and Tribunals. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2022. https://doi.org/10.1007/978-94-6265-507-2